

menos distante, outras mais em ligação à imediatez do além-morte. Desde a ideia de um escuro e obscuro *sheol* de recolha das almas separadas dos seus corpos, até ir dar ao «Hoje mesmo estarás comigo no Paraíso» (Lc 23, 43). Em pessoa. E até ao «acordar» do Cristo morto, ou à sua «exaltação» ou «glorificação», termos que o autor considera mais expressivos da nova realidade e mais próximos do original hebraico que o termo «ressuscitar», demasiado conotado com o regresso das almas aos seus corpos. E, com isso, até à «vida eterna», uma «vida» nova, para a qual somos (re)ge(ne)rados pela própria morte.

Trata-se de uma longa meditação, motivada pelo brusco desaparecimento da amiga e colaboradora do autor e conduzida pelas páginas da Sagrada Escritura. Não é um tratado de escatologia. Mas um belo ensaio que pode ajudar quem àquela se dedica. O autor procura sobretudo descartar as imagens e concepções que despersonalizam aquele ou aquela que deixou esta vida. Como a das «almas» que, separadas do corpo, não se sabe onde, aguardam voltar a unir-se aos seus corpos deixados no cemitério. Sem pretensão de descartar o próprio mistério do imediato além-morte, Roger Klaine a si mesmo se considera, depois desta longa meditação, tendo ganho «um certo apaziguamento» para a sua perturbação (p. 101).

LUÍS SALGADO

ESPEJA, Jesús, **A 50 años del Concilio. Camino abierto para el siglo XXI**, col. «Frontera», San Pablo (www.sanpablo.es), Madrid, 2012, 385 p., 210 x 135, ISBN 978-84-285-3928-9.

Jesús Espeja Pardo, professor emérito na Faculdade Teológica de San Esteban de

Salamanca, acompanhou o evento Vaticano II desde os tempos da sua preparação. Ao completarem-se agora 50 anos deste Concílio, dá-nos a sua própria visão daquilo que, passadas cinco décadas em que se operaram no mundo mudanças culturais profundas não previstas no mesmo Concílio, considera a sua herança permanente. Na sua análise tem em vista, por um lado, as orientações fundamentais para a Igreja em si mesma e, por outro, o mesmo para a relação da Igreja com o mundo.

O livro está dividido em quatro partes. Na primeira, – «Face à irrupção da modernidade» – Jesus Espeja passa em revista os antecedentes do Vaticano II, desde os tempos medievais, com a tentação do poder que afastou a Igreja de algumas fundamentais exigências do Evangelho, passando pelo choque com a Ilustração e a dificuldade em compreender o espírito da modernidade, em direção aos tempos pré-conciliares, com destaque para figuras precursoras como Teihard de Chardin, Loisy e Blondel, para a «nouvelle théologie» e sobretudo para a personalidade carismática e profética de João XXIII.

A segunda parte – «O significado do Concílio» – põe em evidência algumas linhas de fundo da novidade conciliar. Jesus Espeja realça três preocupações que «vertebram o conteúdo» dos documentos conciliares: uma renovada consciência da autêntica natureza e missão da Igreja, uma abertura total à ecumenicidade e o lançamento de uma ponte para o mundo contemporâneo. Da renovada consciência, sublinha tónicas como a da Igreja povo de Deus, a complementaridade da constituição hierárquica e da corresponsabilidade, os graus de pertença à única Igreja de Cristo, o movimento ecuménico, a vocação missionária e a índole escatológica, a Palavra e os sacramentos, a liturgia como cume e fonte da vida eclesial, e o significado do

capítulo da *Lumen Gentium* sobre a Virgem Maria. Da relação com o mundo, objeto da constituição *Gaudium et Spes*, sublinha a fundamental visão positiva do mesmo mundo, sem que todavia ignore realidades negativas como o pecado e o ateísmo. Um capítulo final é dedicado a uma avaliação: por mais que sempre se deva contar com a tensão entre tradicionalistas e renovadores, há coisas que não admitem retorno; num tempo de mutações culturais profundas como é o nosso, há que saber discernir muito bem o que deve ser objeto de continuidade, o que de rutura e o que de reforma; uma última observação vai no sentido de algumas limitações do Concílio: não ter podido prever a situação cultural que hoje temos, não ter dado atenção bastante à voz das vítimas, sobretudo dos pobres, enfim, a necessidade que hoje sentimos de uma nova organização da Igreja, com adequada caução jurídica, que responda à nova situação hodierna.

A terceira parte – «Para uma Igreja serva» – contém pertinentes reflexões teológicas sobre a actividade pastoral da Igreja. O mundo merece aqui especial atenção, já que, como diz o autor, invertendo o conhecido ditado, «fora do mundo não há salvação». Um apartado é dedicado à «densidade teológica do mundo», com reflexões, entre outras, sobre a o significado da fuga do mundo e a relação complementar entre salvação eterna e salvações intra-históricas. A missão da Igreja no mundo, implicando a presença da transcendência no histórico, é objeto de outro capítulo. Um terceiro reflete sobre a purificação da Igreja, para melhor servir o mundo: seguindo a evolução da sociedade, em perpétua fidelidade ao essencial, em mudança de paradigma. A santidade da Igreja – para que possa dizer «Acreditamos, por isso falamos» – exige um permanente regresso a Jesus Cristo.

A quarta e última parte – «Lendo sinais do mundo moderno» – incide particularmente sobre a nova, atual, situação cultural, social e moral do mundo a que é preciso servir cinquenta anos depois do Concílio. Preencham-na reflexões de muito interesse sobre a autonomia das realidades seculares, sobre o fim da cristandade, sobre a incidência política da fé cristã e a presença pública da Igreja. Mas também sobre a moral e a sua não fácil conjugação com o moderno espírito de liberdade individual. Sobre este assunto, Jesus Espeja denuncia a persistência de uma moral «prioritariamente precativa e inspirada em medos» (p. 229), na base da oposição pureza / impureza, espiritualista e residualmente maniqueísta (centrada na alma sem atenção ao corpo) e individualista (só contando a relação de cada um com Deus, sem ter em conta a relação com os outros seres humanos). Três capítulos são dedicados à relação da Igreja com os pobres, tendo em conta os aspetos novos da economia e da sociedade no nosso tempo. O último capítulo é dedicado a outra questão hoje muito viva e necessária: «De que Deus falar e como». Passa em revista o fenómeno do eclipse de Deus, conjugado com a busca da transcendência; denuncia as correntes falsas imagens de Deus; apresenta o ateísmo como oportunidade para o anúncio do Deus de Jesus Cristo; denuncia algumas «sendas perdidas», como a apresentação dualista de um Deus que parece sempre inimigo do humano, a persistência na ideia de uma Igreja de poder e na vontade de irradiar a fé mais segundo o modelo mundano da propaganda que no modelos evangélico do testemunho, a violência para com outras formas de religião. Sugere um discurso sobre Deus a partir do humano e a necessidade de renovação da linguagem sobre Deus.

No seu conjunto, estamos em face de um livro que muito pode ajudar a quem

queira situar-se na Igreja ao mesmo tempo em fidelidade ao genuíno e profundo Vaticano II e às novas exigências que aos pastores e aos cristãos são colocadas pela situação do mundo cinquenta anos depois.

JORGE COUTINHO

ALBA LÓPEZ, Almudena, **Teología política y polémica antiariana. La influencia de las doctrinas cristianas en la ideología política del siglo IV**, col. «Plenitudo temporis», Publicaciones Universidad Pontificia, Salamanca, 2011, 432 p., 240 x 170, ISBN 978-84-7299-916-9.

Este livro é originariamente constituído pela dissertação de doutoramento apresentada pelo autor e defendida na Universidade Complutense de Madrid. O seu escopo fundamental é a exposição daquilo que, desde Carl Schmitt, se tem chamado teologia política e que no caso vertente é estudada, em duas visões fundamentais, na sua formulação (ou melhor, nas suas múltiplas formulações) no século IV, mais rigorosamente sob o reinado do imperador Constâncio II. Tais são as visões ligadas respetivamente ao arianismo e às orientações emanadas do Concílio de Niceia.

Para alcançar uma visão o mais possível compreensiva, o autor fez questão de tratar o assunto em estudo interdisciplinar, conjugando, em suas implicações e reflexos, as mentalidades do tempo, a reflexão sobre as doutrinas cristãs do momento, com a correspondente compreensão correta do dogma, a patrística e a teologia política.

Por outro lado, o mesmo autor seleccionou como delimitação temporal para o seu estudo a época de Constâncio II por considerar que é nesta fase que «se observam,

de modo mais fidedigno, os problemas suscitados pela decisão de Constantino de fazer do cristianismo uma *religio licita* e o progressivo favorecimento da mesma» (p. 20). Do mesmo modo, presta particular atenção ao conflito niceno-ariano, como principal dinamizador desta nova teologia política inaugurada sob o reinado deste imperador. Duas concepções antagónicas estão aí em presença: a de um poder absoluto da autoridade política, em nome e por outorga direta de Deus (arianismo), e a de um poder que, vindo embora de Deus, tem como mediações relativizadoras a autoridade do bispo e a lei de Deus (nicenismo). A primeira concepção tinha implícita a ideia de um «imperador divino» e a sacralização do poder; a segunda, que Tertuliano defende também com o seu habitual radicalismo, é tendente à sua dessacralização. Em causa estava também a liberdade da Igreja, só garantida nesta segunda maneira de ver. Mas as nuances desta problemática e das maneiras de ver a relação entre o poder religioso e o poder político são múltiplas e variadas. Alba López estuda-as e expõe-nas minuciosamente com aturado labor. O seu estudo vai na direção de mostrar a supremacia das orientações de Niceia na teologia política que irá seguir-se ao século de Constantino e de Constâncio II, tendo o arianismo sido ferido de morte pelo Concílio de Constantinopla.

O livro está dividido em quatro capítulos. No primeiro, o autor detém-se nos fundamentos teóricos: caracterização do governante e o Estado; *Lógos*, arianismo e teoria política; *homoúsios*, nicenismo e teoria política; a reelaboração do poder: razão de Estado e credo. O segundo capítulo estuda o «governo partilhado» (337-350), com atenção às heranças constantinianas, ao problema tal como foi assumido por Atanásio de Alexandria, às dissensões entre Oriente e Ocidente, à reivindicação